

O REDESPERTAR DA LUTA PELO DIREITO À MEMÓRIA, À JUSTIÇA E À VERDADE



Manifestação em Brasília, 17/12/2008

Nos últimos dois anos, vem ganhando corpo a movimentação política de ex-presos e perseguidos políticos, bem como de familiares das vítimas da Ditadura militar, que reivindicam a punição de assas-

sinos e torturadores, a reparação dos crimes cometidos pelo Estado ditatorial e a abertura dos arquivos da repressão. Essa movimentação, que lembra a luta pela Anistia realizada no final dos anos 1970, é acompanhada por iniciativas de setores do Estado brasileiro que es-

tão convencidos da necessidade de medidas que contemplem o direito à memória, à justiça e à verdade.

Ex-presos e perseguidos e familiares das vítimas têm saído às ruas, repetidas vezes, para lembrar que os autores de crimes bárbaros cometidos contra os opositores do

Paula Sacchetta



Manifestação de 24/8/08 em São Paulo, diante do ex-DOI-CODI

regime militar permanecem impunes, e para exigir que a história seja devidamente (re)escrita. Assim, em 24 de agosto de 2008 fizeram manifestação pública diante do prédio do bairro do Paraíso, em São Paulo, onde funcionou a antiga OBAN, depois DOI-CODI, siglas que designavam duas das mais temíveis organizações repressivas, a Operação Bandeirantes e o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército.

No dia 23 de setembro, quando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou uma ação da família Merlino contra o coronel torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, mais uma vez os manifestantes se fizeram presentes, tanto no salão em que transcorreu o julgamento quanto em praça pública, assinalando seu protesto contra a impunidade. O TJ arquivou a ação, mas não refreou o ímpeto da luta (vide p. 37).

Em 1º de dezembro, uma audiência pública convocada por deputados estaduais lotou um dos auditórios da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Entre os presentes, militantes históricos da luta pela Anistia, como Margarida Genevois, Idibal Pivetta e outros. O parecer da Advocacia-Geral da União favorável aos torturadores sofreu duras críticas: “A farsa da AGU é uma ofensa a todos que lutaram contra o regime militar. Não houve terrorismo no Brasil, mas defesa do regime democrático”, disse o deputado Rui Falcão (PT). “Continuamos na luta pela recuperação dos restos mortais de nossos companheiros”, declarou Amélia Teles, lembrando que a ação judicial contra a União, relativa aos mortos da Guerrilha do Araguaia, remonta a 1982. Ela pediu a demissão do ministro-chefe da AGU, José Antônio Toffoli.

Em 17 de dezembro o movimento voltou a sair em passeata,

desta vez pelas avenidas de Brasília, debaixo de chuva. Além de faixas, familiares e ex-presos portavam *banners* vermelhos que traziam impressos sem retoques os rostos de militantes de esquerda chacinados pela repressão. Resposta a um certo discurso que tenta minimizar as atrocidades perpetradas pelos agentes da Ditadura.

Em consonância com tais manifestações, o Ministério Público Federal em São Paulo vem ingressando com ações judiciais contra os oficiais que comandaram o DOI-CODI do II Exército, entre eles o notório coronel Ustra. A mais recente delas cobra dos responsáveis pelo assassinato do operário Manoel Fiel Filho, ocorrido em janeiro de 1976, que reembolsem a União pela indenização paga por esta à sua viúva.

No governo federal, a pasta mais engajada na luta pelo reconhecimento oficial dos crimes praticados pela Ditadura militar é a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SE-DH). O ministro Paulo Vannuchi, ele próprio um ex-presos político que sofreu torturas, fez publicar, em 2007, o livro *Direito à Memória e à Verdade*, que consiste em extenso e detalhado relatório dos trabalhos da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do governo federal. Disponível na Internet, na página eletrônica da SEDH, o livro consolida a documentação referente aos mais de 400 casos conhecidos de opositores da Ditadura militar mortos sob tortura ou executados.

Apesar desse importante avanço, a SEDH tem encontrado resistências enormes na AGU e no

Paula Sacchetta



Ângela Mendes com cartaz de Merlino

Ministério da Defesa, que vem atuando como porta-voz das Forças Armadas. Os defensores do legado da Ditadura militar obstruem seu enterro definitivo, o que suscita inevitável comparação com países vizinhos que passaram por ditaduras, como Argentina e Chile, onde o ritmo das punições e reparações, mesmo insatisfatório, é bem mais acentuado (p. 46).

Na Argentina, a Justiça Militar acaba de ser extinta, o controle da aviação civil foi retirado da Aeronáutica e muitos oficiais envolvidos na matança de opositores estão na cadeia. No Brasil, por terem feito greve contra as péssimas condições de trabalho, que expõem os vôos comerciais de linha a riscos, controladores de vôo militares foram condenados à prisão e expulsos da Aeronáutica (p. 19).

Na entrevista que concedeu à *Revista Adusp*, e que principia na página 26, o ministro Vannuchi emi-

POLÍCIA ABRE INQUÉRITO POR

Quem espera o ônibus do outro lado da rua provavelmente não sabe muito sobre o nº 921 da Rua Tutóia, no bairro do Paraíso, em São Paulo. Mas em 24 de agosto de 2008 não houve quem deixasse de prestar atenção à manifestação pública que evocou a história do local, que hoje abriga o 36º Distrito Policial.

Naquela tarde de domingo, cidadãs e cidadãos de todas as idades marcharam pela rua e depois fizeram pinturas no chão, para lembrar que durante a Ditadura militar funcionou ali a infame unidade militar que ficou conhecida como DOI-CODI do II Exército.

Pois bem: desde o dia seguinte a passeata tornou-se objeto do inquérito policial 609/08, que corre no próprio 36º DP. Os manifestantes teriam danificado espaço público e infringido o artigo 65 da lei 9.605/1998, segundo o qual

constitui crime sujeito a pena de até um ano de detenção “pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano”. Paulo Fávero, estudante de Artes Plásticas da USP, foi intimado a depor.

“Os manifestantes pediam para que aquele lugar não continuasse sendo o 36º DP, mas sim um espaço da memória e da resistência”, explicou Fávero à *Revista Adusp*. “Comunista ainda é elemento para ser chamado para depor, caso seja identificado”, ironiza. “Os advogados tiveram acesso ao inquérito antes do meu depoimento e constava lá que eu era suspeito de mandante do ato e que sou representante da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), o que é uma mentira. Eu não sou membro da LBI, e não sei qual seria a relevância se eu fosse da LBI. Não sei qual é a relação

Daniel Garcia



Castro, Rossi, Mocarzel e Gervitz: debate

MANIFESTAÇÃO DIANTE DO ANTIGO DOI-CODI

Paula Sacchetta



Pinturas no chão motivaram inquérito no 36º DP

entre a minha filiação ideológica, partidária, e a minha participação no ato”, questiona.

Esse caso emerge estranhamente vinte anos após a promulgação da Constituição de 1988, que garante o pluralismo político. No inquérito também são citados Ivan

Seixas; Darlan dos Reis, residente no Ceará, que não compareceu ao ato, mas divulgou-o em seu blogue; e o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), que durante o ato ofereceu testemunho como ex-presos político. O inquérito é instruído com diversas fotografias da mani-

festação.

“Parece que essa história [dos crimes da Ditadura] aconteceu em um lugar abstrato. A gente fala do DOI-CODI, a gente lê nos livros sobre o DOI-CODI como principal centro de tortura, mas parece que ele não tem um lugar”, aponta Fávero.

O estudante sustenta que foi indiciado em 12 de novembro, a data do seu depoimento: “O escrivão fez questão de dizer que os meus dados cadastrais estavam entrando no sistema da Polícia e que eu estava sendo indiciado. Isso é um fato”. A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública nega: “As investigações estão em andamento” e “não há registro de pessoas sendo indiciadas”. Procurado pela *Revista Adusp*, o delegado substituto Valdecir Alves dos Reis optou por não falar sobre o caso.

te opinião sobre alguns destes paradoxos. E reitera sua disposição de deixar o governo, caso o presidente Lula não banque os avanços necessários no tratamento desta aguda questão política nacional.

Também no plano cultural e institucional, multiplicam-se as iniciativas de reparação simbólica e reconstituição da memória dos que enfrentaram o regime militar ou foram perseguidos por ele. A direção

da Faculdade de Medicina da USP resolveu homenagear vários professores que viveram esta opressão e sofreram verdadeira reviravolta nas suas carreiras acadêmicas. Ex-estudantes da USP que viviam no Conjunto Residencial (Crusp) quando ocorreu a invasão do Exército, em 1968, organizaram um emocionante reencontro (p. e 56 e 62).

Os cineastas Roberto Gervitz e Sérgio Toledo relançaram em dvd

o histórico documentário “Braços Cruzados, Máquinas Paradas”, sobre a greve de 1978 dos metalúrgicos de São Paulo e a luta contra o sindicalismo pelego de Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção. O (re)lançamento deu ocasião a um debate que reuniu Gervitz, o também cineasta Evandro Mocarzel e antigas lideranças da oposição metalúrgica, como Waldemar Rossi e Cloves de Castro.